



## FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO E SEUS IMPACTOS SÓCIOCULTURAIS: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA COMUNIDADE RURAL EM GRAVATÁ-PE

**Antonio Sabino da Silva<sup>1</sup>; Adna Cristina Barbosa de Sousa<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Mestrando em Educação (UPE), Especialização Lato Sensu em Processos Educacionais e Gestão de Pessoas (UNIVISA), Especialização Lato Sensu em Educação do Campo (UFPB), professor da Educação Básica, integrante do grupo de pesquisa: Estudo das Organizações Educativas (UFPE). E-mail: [antoniosabinopsi@hotmail.com](mailto:antoniosabinopsi@hotmail.com);

<sup>2</sup> Doutorado em Genética e Biologia Molecular (UNICAMP); docente da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Campos I, Centro de Biotecnologia – CBIOTEC; Membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia – CBIOTEC/UFPB; líder do grupo de pesquisa: Biotecnologia Aplicada à Saúde (UFPB). E-mail: [adnacsousa@gmail.com](mailto:adnacsousa@gmail.com)

**EIXO TEMÁTICO 8: MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO**

### RESUMO

O fechamento de escolas do campo tem se intensificado no Brasil, nos últimos anos e provocado impactos significativos nas comunidades rurais, comprometendo o direito à educação e a permanência das populações no campo. Enquanto por um lado os movimentos sociais do campo vêm lutando pela implantação de escolas e incentivando a permanência das populações do campo em seu espaço de origem, o poder público, em contrapartida, tem investido num constante processo de fechamento das escolas do campo. Apoiados em desculpas diversas como, por exemplo, alegando contenção de despesas, representantes do poder público, em diversos municípios do Brasil têm empreendido esforços no sentido de fechar as escolas e como solução para o problema recorrer ao processo de nucleação, onde os estudantes da escola fechada passam a frequentar as aulas em outra escola, na maioria das vezes localizada em outra comunidade, distante da sua. Essa estratégia adota pelo poder público acarreta sérios prejuízos para os estudantes e suas famílias.

A presente pesquisa, realizada no âmbito de um curso de Especialização Lato Sensu em Educação do Campo, na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, buscou se debruçar sobre essa problemática do fechamento de escolas do campo. Tendo como questão de pesquisa *“quais os impactos socioculturais provocados na comunidade com o fechamento da escola do campo?”*, este trabalho tem como objetivo geral *analisar os impactos socioculturais do fechamento de uma escola do campo no município de Gravatá-PE*, ocorrido em 2023, buscando compreender as repercussões sociais e educacionais dessa medida e as percepções da comunidade afetada. Dessa forma, como objetivos específicos, têm-se: *i) descrever o processo de fechamento de escolas do campo no Brasil; ii) investigar o caso de uma escola do campo no município de Gravatá-PE; e iii) apontar soluções, a partir das fontes, para evitar o fechamento de escolas do campo*. Tais objetivos corroboram no sentido de tecer uma reflexão crítica em torno do processo de fechamento de escolas que vem ocorrendo no Brasil, durante as últimas décadas.



Para obter sucesso nesta empreitada, a pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou o estudo de caso como método principal. Durante o processo de desenvolvimento da referida pesquisa, realizamos entrevistas semiestruturadas com pais, moradores e a ex-professora da escola, além de análise documental junto à Secretaria Municipal de Educação de Gravatá. Durante o procedimento de coleta de dados buscamos perceber junto à comunidade e à ex-professora da escola as impressões que esses agentes tinham em relação ao fechamento da referida escola. Dessa maneira, as questões das entrevistas sugeriam respostas que viessem a atender nosso intuito com as mesmas. O tratamento dos dados foi realizado por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), o que possibilitou identificar categorias centrais relacionadas a direito à educação, políticas públicas e identidade cultural campesina. Os participantes da pesquisa se prontificaram a responder às questões, mediante a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, de cujo teor tomaram conhecimento e ainda ficando com uma cópia do referido termo.

No contexto da Educação do Campo, o crescente processo de fechamento de escolas é um tema que vem preocupando constantemente tanto os estudiosos quanto os militantes dos movimentos sociais do campo. A presença de uma escola exerce especial importância no cotidiano da vida de uma comunidade, tendo em vista que “a educação que perpassa *a priori* por esta escola é pensada a partir deste lugar e com a participação dos sujeitos que a integram, atrelada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais” (Stival, 2022, p. 65, grifo do autor). No entanto, embora sabendo dessa importância da escola para a comunidade, os representantes do poder público não têm se preocupado em empreender esforços no sentido de manter a escola funcionando no referido contexto, demonstrando assim um descaso e falta de empatia para com as populações campesinas.

Diante do exposto é possível afirmar que o fechamento de uma escola possivelmente mexe com toda a estrutura de uma comunidade, uma vez que irá ocasionar vários impactos no cotidiano das famílias que têm filhos na escola. Conforme Fernandes (apud Peripolli, 2011) o fechamento de escolas do campo apresenta uma íntima relação com o processo de desintegração do campesinato. Logo, ao defender o fechamento de uma escola do campo, o poder público se coloca numa posição favorável em relação às classes dominantes e em desfavor das classes populares que habitam o campo. Neste sentido, o fechamento de uma escola do campo vem denunciar essa preferência do poder público em relação àqueles que dominam e oprimem. Isso se justifica pelo fato de que os próprios governantes, eleitos pelo povo, são, em sua maioria, oriundos das classes dominantes e, por tal razão buscam em primeiro lugar defender os interesses das referidas classes. Portanto, podemos afirmar que ao defender os interesses das classes dominantes, eles estão defendendo os próprios interesses.

Um ponto que podemos trazer para a discussão diz respeito à precarização das próprias escolas, que muitas vezes serve como justificativa para o referido processo de fechamento. Na verdade, a maioria das escolas funcionam em condições precárias, em prédios alugados e adaptados ou, quando não, em prédios com uma infraestrutura precária e sem condições de funcionar. Sobre essa precarização das escolas, no que diz respeito à infraestrutura, Andrade e Rodrigues (2020, p. 4) apontam que “a fragilidade, no tocante à infraestrutura disponibilizada pelas esferas públicas locais às escolas do campo, compromete a qualidade do ensino”. De fato, um espaço inadequado para as funções de docência e discência não irá corroborar com bons resultados dentro do processo de ensino e aprendizagem. Se faz necessário, portanto, como uma das formas de se evitar o fechamento de escolas, investir em melhorias do espaço físico, bem como transferir as



escolas dos espaços adaptados para outros devidamente preparados para os fins aos quais se destinam.

Ainda podemos trazer, para a presente análise, a necessidade de se implementar políticas públicas voltadas para a Educação do Campo, uma vez que as que já se encontram implementadas, se projetam de maneira tão precárias que não chegam a atender às reais necessidades das populações que habitam o campo. Sendo assim, Santos e Garcia (2020) defendem que a luta pela Educação do Campo e pelas escolas que aí existem implica em se pensar os objetivos perseguidos pela classe trabalhadora, e não nos interesses de um determinado grupo. Dessa maneira, as políticas públicas que deverão ser formuladas e implementadas no âmbito da Educação do Campo deverão estar única e exclusivamente voltadas a atender às reais necessidades daqueles que vivem no campo. Diante do exposto, podemos afirmar que é preciso estarmos vigilantes diante das injustiças sociais cometidas contra as populações do campo, dentre as quais podemos citar o fechamento de escolas, e buscar promover uma conscientização dessas populações para que busquem garantir os seus direitos, dentre os quais figura o direito à educação de qualidade e acessível a todos.

Para se evitar ou até mesmo combater o fechamento de escolas, umas das estratégias mais eficazes é justamente a organização popular. Bem sabemos que um povo organizado é um povo fortalecido. Os moradores das diversas comunidades onde se percebe uma ameaça de fechar a escola, se buscarem se afiliar aos movimentos sociais do campo, aos sindicatos, associações de moradores e se organizarem em torno de um projeto de não fechamento de escolas, certamente o poder público tende a recuar, uma vez que os membros da classe dominante, embora estando no poder, temem a força de um povo que luta de forma organizada. Não importa as desculpas que venham dar para justificar o fechamento de uma escola, fato é que a comunidade, em hipótese alguma, é obrigada a aceitar as imposições que vêm por parte daqueles que detêm o poder.

Voltando ao tema da nucleação de escolas, tão defendido pelos governantes para justificar o fechamento das escolas, podemos afirmar que este processo de nucleação tem se mostrado ineficaz uma vez que os estudantes matriculados nessas escolas não se identificam com as mesmas, além de sofrerem uma série de consequências, dentre as quais podemos destacar o fracasso escolar que culmina com a reprovação e abandono da escola por parte desses estudantes. A ineficácia deste processo se torna evidente pelo fato de que “a nucleação das escolas do campo e o deslocamento para escolas distantes da sua comunidade desvinculam os sujeitos da sua forma de viver e da sua cultura, ou seja, de suas raízes” (Rodrigues et al, 2017, p. 707). Logo, tal processo de nucleação é algo que precisa ser evitado, pois dentre outros prejuízos, o mesmo provoca rupturas culturais e dificulta a vida dos pais que trabalham e que precisam levar os filhos à escola. Isso, porque a qualidade do transporte escolar, por vezes, também se mostra precária e as condições das estradas, da mesma forma, não são adequadas para garantir o acesso e permanência desses estudantes na escola núcleo.

Uma vez que as estratégias apontadas pelo poder público se têm mostrado ineficazes para garantir o direito à educação às populações camponesas, se faz necessário encontrar meios para se evitar o fechamento de escolas e do campo e, mais que isso, garantir a qualidade da educação que aí acontece. Dessa maneira, algumas soluções para este problema são apontadas: investir na formação de professores, para que estejam preparados para lidar com as demandas e as especificidades do campo; melhorar a infraestrutura das escolas, garantindo, assim, um espaço adequado para a construção do conhecimento; implementar políticas públicas que visem incentivar a permanência e a sobrevivência das pessoas que vivem no campo; fortalecer a identidade e a cultura camponesa por meio de projetos



culturais e sociais que resgatem e preservem os valores das populações do campo. Tais estratégias evitarão o êxodo rural, uma das causas do fechamento de escolas, tendo em vista que, por não encontrar meios de sobrevivência em seu lugar de origem, as pessoas migram para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida, deixando, assim, o espaço rural com números insuficientes de crianças para garantir o funcionamento da escola.

No caso da escola que pesquisamos, foi possível identificar que no município de Gravatá-PE, esse processo de fechamento de escolas é algo que vem ocorrendo já há um bom tempo. As fontes apontam que nos últimos 30 anos se têm fechado mais escolas do campo do que construído novas escolas. Entre as décadas de 1960 e 1990 houve um grande avanço no sentido de se construir escolas nas comunidades rurais, tanto que praticamente toda comunidade contava com uma escola. Com o advento de novas políticas públicas educacionais, que estavam mais voltadas para fortalecer a educação nos centros urbanos e com o crescente êxodo rural, houve uma grande migração das populações do campo para a cidade, e o consequente fechamento de escolas. Neste sentido, o que se pode observar hoje é um grande número de escolas abandonadas, algumas até já em ruínas e um elevado número de estudantes matriculados nas escolas nucleadas ou nas escolas do espaço urbano, ocasionando outros problemas como a superlotação de salas, o esgotamento físico e mental de professores, um grande número de evasão e repetência e o consequente abandono da escola por parte dos estudantes.

A escola na qual desenvolvemos nossa pesquisa, por exemplo, foi inaugurada em fevereiro de 1995 (de acordo com a placa afixada na parede da própria escola), e fechada em dezembro de 2023, funcionando por apenas 28 anos, sendo fechada estando em plenas condições de funcionamento. De acordo com os participantes da pesquisa, o poder público fechou a escola de maneira arbitrária, sem ao menos consultar a comunidade sobre a possibilidade do fechamento. Os participantes apontam que os estudantes foram alocados, provisoriamente, na escola da comunidade vizinha, enquanto se faria a reforma do prédio escolar. Chegou o material, chegaram os trabalhadores e se começou a reforma. Num outro dia, chega a notícia de que a escola seria fechada e os estudantes continuariam na outra escola. Esta atitude do poder público municipal gerou um sentimento de revolta muito grande nas famílias, pois as mesmas a entenderam como uma grande arbitrariedade e uma falta de respeito, tendo em vista que a escola era o único bem público do qual a comunidade dispunha, servindo a mesma, além de espaço educativo, para o desenvolvimento de outras atividades como consultas médicas, celebrações religiosas, palestras, reuniões da associação dentre outras. Atualmente o prédio encontra-se abandonado e a comunidade sem ter um espaço para as crianças estudarem e para se realizarem esses outros eventos.

Tendo em vista o exposto, podemos afirmar, ainda, que os resultados revelaram que o fechamento da escola gerou forte sentimento de perda e desvalorização na comunidade. A escola, além de espaço educativo, era reconhecida como centro de convivência, cultura e apoio social. O deslocamento das crianças para as escolas nucleadas, distante da comunidade, trouxe dificuldades de transporte, maior cansaço, risco de evasão e enfraquecimento dos laços comunitários. Constatou-se também que a decisão de fechamento foi unilateral, sem consulta à comunidade, o que evidencia a ausência de uma gestão democrática e participativa. O caso de Gravatá reflete a realidade nacional, na qual o fechamento de escolas do campo está associado à lógica de contenção de gastos e ao avanço de políticas neoliberais, conforme apontam Santos e Garcia (2020) e Rodrigues et al. (2017). Tais práticas reforçam desigualdades e ameaçam a identidade cultural do



campesinato. Sendo assim, conforme mencionado, as políticas públicas que sejam implementadas no intuito de garantir a permanência das populações do campo em suas comunidades de origem, soa como a estratégia mais eficaz para se evitar o fechamento dessas escolas.

Conclui-se, portanto, que o fechamento de escolas do campo representa um retrocesso nas políticas educacionais, pois afeta o acesso, a permanência e a qualidade social da educação das populações rurais. É necessário investir em políticas públicas integradas que assegurem infraestrutura adequada, valorização docente e fortalecimento da cultura local, garantindo às comunidades o direito de aprender no lugar onde vivem. A manutenção das escolas do campo deve ser compreendida como elemento essencial para o desenvolvimento sustentável e a justiça social. Promovendo, a partir da educação um processo de emancipação das classes populares que habitam o campo, fortalecendo assim sua cultura e identidade, resgatando os seus valores e garantindo-lhes melhores condições de vida e sobrevivência.

**Palavras-chave:** Educação do Campo; Fechamento de Escolas; Políticas Públicas; Comunidade Rural.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Francisca Marli Rodrigues de; RODRIGUES, Marcela Pereira Mendes. Escolas do campo e infraestrutura: aspectos legais, precarização e fechamento. **Educação em Revista**, v. 36, p. e234776, 2020.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís A. Reto e Augusto Pinheiro. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.
- PERIPOLLI, Odimar João; ZOIA, Alceu. O fechamento das escolas do campo: o anúncio do fim das comunidades rurais/camponesas. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, v. 1, n. 2, 2011.
- RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva et al. Nucleação de Escolas no Campo: conflitos entre formação e desenraizamento. **Educação e Realidade**, v. 42, n. 2, p. 707-728, 2017.
- SANTOS, Vanessa Costa dos; GARCIA, Fátima Moraes. O fechamento de escolas do campo no Brasil: da totalidade social a materialização das diretrizes neoliberais. **Kiri-Kerê-Pesquisa em Ensino**, v. 1, n. 4, 2020.
- STIVAL, David. **A educação do campo e o MST: trabalho e práticas sociais com assentados da reforma agrária**. Petrópolis, Vozes: 2022.